

Indexador vai depender de ajuste fiscal

O novo indexador diário que o Governo quer criar, a Unidade de Referência (UR), só entrará em vigor após o Congresso aprovar a proposta de ajuste fiscal para 1994 apresentada pelo Governo, revelou ontem o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, à bancada do PSDB no Senado. Cardoso pediu aos seus companheiros de partido, que almoçaram com ele no Ministério da Fazenda, que ajudem no esforço para a aprovação do ajuste até o final de dezembro.

Ao deixar seu gabinete, no final da noite de quarta-feira, o ministro informou que o Governo só vai propor a mudança das políticas salariais dos setores público e privado quando o plano de estabi-

lização estiver fechado. "Só vamos pensar nisso quando houver plano de estabilização. Enquanto isso não acontecer, a política salarial não mudará", afirmou.

Alerta — Segundo o senador Beni Veras (CE), a bancada do PSDB alertou o ministro sobre a grande probabilidade da tramitação das medidas no ajuste fiscal arrastar-se por janeiro e fevereiro, em função do caráter polêmico de algumas delas, como a criação de um adicional de cinco por cento sobre todos os impostos e contribuições federais. "Ele nos disse que sabe disso, mas afirmou estar otimista em relação à boa receptividade do ajuste pelo Congresso", explicou Veras.

Participaram do almoço, além

de Veras, a senadora Eva Blay (SP) e os senadores Mario Covas (SP), Chagas Rodrigues (PI), José Richa (PR), Jutahy Magalhães (BA) e Teotônio Vilela Filho. Na próxima semana, Cardoso dará sequência a encontros com bancadas do Congresso, nos quais pedirá apoio político para seu plano econômico.

O ministro reafirmou que a UR terá utilização voluntária e que sua criação não promoverá nenhum rompimento de relações contratuais. Aos senadores, Cardoso explicou que a UR terá uma sistemática própria de cálculo que refletirá a variação de uma cesta de moedas estrangeiras e não apenas a flutuação do dólar.